

Bovinocultura de leite viabiliza a pequena produção agrícola familiar

Reportagem de Paulo Sergio Tagliari



Produtores rurais familiares do Oeste Catarinense investem no leite e derivados para melhorar renda

A concentração na suinocultura no Oeste Catarinense alijou milhares de produtores rurais de suas atividades. Aliado a isso, a descapitalização devido aos baixos preços pagos aos cereais tem forçado os agricultores a buscar novas alternativas. A bovinocultura de leite tem despontado como uma atividade que fornece uma renda bastante oportuna, viabilizando a permanência das famílias rurais no campo, gerando emprego e criando um parque agroindustrial importante para a região. Esta realidade e problemas enfrentados pelos produtores são motivos para a realização desta reportagem.

Diz a lenda que Rômulo e Remo, os gêmeos fundadores de Roma, foram abandonados quando bebês e só conseguiram sobreviver porque foram amamentados por uma loba. É claro que se trata de uma lenda, porém o verdadeiro desta estória é que o leite que lhes serviu de comida e lhes salvou a vida é o alimento mais completo que se conhece. Além da gordura, em média, o leite consiste em uma série de importantes proteínas, incluindo a caseína, e possui um açúcar específico, a lactose. Somem-se a isso minerais fundamentais para o crescimento, como o cálcio e o fósforo, diversos sais e também vitaminas, destacando a A e D. Portanto, qualquer país e região do mundo que quiser alimentar adequadamente sua população deve incentivar a produção de leite em quantidade e qualidade. A produção de leite permite também viabilizar a propriedade rural familiar como uma importante alternativa de renda para o agricultor, contribuindo para melhorar as condições de vida do homem no campo, gerando emprego e renda, enfim, desenvolvendo toda uma série de atividades correlatas e beneficiando a economia local e regional de maneira abrangente. Preocupados com o constante êxodo rural no Oeste Catarinense e a falta de alternativas econômicas viáveis para a pequena produção familiar, um grupo de pesquisadores do Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades – CPPP, em Chapecó, SC, decidiu investir num grande projeto que prevê a elaboração de estudos que orientem o desenvolvimento tecnológico e organizacional da produção de leite, possibilitando ao maior número possível de agricultores familiares a permanência na atividade. A equipe de pesquisadores que está elaborando este estudo é composta por Márcio Antonio de Mello, Clovis Dorigon, Milton Silvestro, Rubson Rocha e Nelson Cortina.

O leite no Brasil

No Brasil o setor leiteiro tem passado por inúmeras dificuldades nos últimos anos ou década. Segundo dados da FAO, o Brasil é o quinto produtor mundial. O Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE apurou uma produção de 17 bilhões de litros de leite e um rendimento médio de 1.307 litros/vaca/ano, considerado baixo, ainda mais se comparado ao dos países desenvolvidos. A produção de leite recebida pelas usinas de beneficiamento e fábricas de derivados sob inspeção federal (Serviço de Inspeção Federal - SIF) representa entre 55 e 60% da produção primária total. De acordo ainda com dados do IBGE, o número total de produtores no Brasil em 1995 atingiu 1.910 milhões, dos quais 818 mil declararam ter vendido leite naquele ano.

Dentre as características da produção de leite no país destacam-se a baixa produtividade e a grande sazonalidade, com variação de até 40% na produção entre os meses do ano. A Região Sul participa com 21% da produção total brasileira, tem 33% dos produtores (605 mil) e 19,1% da

produção inspecionada no país, conforme indica o SIF do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MA.

Para muitos estudiosos do setor, embora a produtividade da matéria-prima seja um fator chave, o leite brasileiro seria competitivo se o setor não fosse desprotegido e não sofresse de entraves que impedem o setor de se tecnificar. Para exemplificar o descalço para com o setor e a inibição provocada, basta lembrar a saída do Governo Federal dos programas sociais, que de 1988 a 1990 representou 30% da produção do leite C, e mais o colapso da demanda ocasionado em função do choque econômico do governo Collor, que levou a um excesso de oferta, inclusive na entressafra. Completando este rol de problemas, nos últimos anos o Governo Federal liberou a importação de produtos lácteos (representam 25% do consumo) que poderiam ser produzidos internamente.

A realidade catarinense

A produção de leite em Santa Catarina aumentou 32,8% durante a última década e o volume de leite



Produtor de leite catarinense entende que o governo desprotegeu o setor

Reportagem

recebido pelas indústrias sob inspeção federal elevou-se 151%, significando um sensível crescimento na estrutura de industrialização instalada. A região Oeste Catarinense representou 55,8% da produção do Estado, em 1996, que foi de 869 milhões de litros de leite, com inspeção. Já a produção do Litoral evoluiu de 203,9 milhões de litros, em 1975, para 286,6 milhões, em 1996, e a produção do Planalto Catarinense, no mesmo período, de 48,1 milhões de litros para 97,7 milhões. As típicas propriedades produtoras de leite no Estado são pequenas: 61% delas possuem até 20ha e 29% entre 20 e 50ha. Os produtores, na grande maioria (84%), são proprietários.

Atualmente a região Oeste Catarinense é a maior produtora de leite, mas nem sempre foi assim. A sua base histórica foi baseada na produção familiar diversificada voltada ao mercado e associada à agroindústria, explorando principalmente as culturas de milho, feijão e soja e as criações de suínos e aves. No entanto, a partir da década de 90 o setor agroindustrial do Oeste promoveu a concentração da produção na

suinocultura e avicultura. Para se ter uma idéia, de 67 mil suinocultores em 1980, a região passou para 20 mil em 1995, e hoje em dia estima-se em cerca de 18 mil. Ao longo dos anos a agricultura vem se descapitalizando, ocorrendo uma exclusão dos pequenos agricultores familiares no Oeste. Diante disso, muitos produtores têm migrado para outras atividades como o cultivo do fumo e a produção comercial do leite. Com o crescimento do número de produtores no setor leiteiro, a região tornou-se então a maior bacia fornecedora de leite para as indústrias de laticínio de Santa Catarina. Outro dado importante é fornecido pelo Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996, que mostra que o leite vendido neste período proporcionou uma receita de 68 milhões de reais, envolvendo, somente na etapa da produção, mais de 200 mil pessoas. Pesquisa sobre a atividade leiteira no Oeste Catarinense, realizada em 1999 pela equipe de socioeconomia do Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades, detectou a presença de 65 agroindústrias ligadas ao leite. Mas, à medida que aumentou o volume de produção de leite na região, houve

uma redução no número de produtores. Segundo levantamentos do Instituto Cepa, em 1993 havia 42 mil e em 1997 caiu para 35 mil, “e isto preocupa muito, pois, a exemplo do que ocorreu na suinocultura e avicultura, a concentração na bovinocultura de leite provocará a exclusão de mais um grande número de produtores que têm nesta atividade uma importante fonte de renda para viabilizar sua permanência no campo”, alerta o engenheiro agrônomo do CPPP Clóvis Dorigon, pesquisador da área de socioeconomia e integrante da equipe responsável pela execução do projeto “Estudo da viabilidade técnico-econômica da produção de leite em diferentes sistemas de produção e escalas no Oeste Catarinense”, financiado pelo Programa de Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura Brasileira - Prodetab/Embrapa. Para Clóvis Dorigon, entre as principais metas do estudo está prevista a elaboração de recomendações que orientem os produtores de leite e suas associações na adoção de práticas organizacionais e tecnológicas que possibilitem utilizar recursos naturais de forma sustentável e fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas para a produção de leite na agricultura familiar diversificada, fortalecendo sua competitividade. Para o engenheiro agrônomo Márcio Antonio de Mello, pesquisador do CPPP e coordenador do projeto, o leite é o produto que tem grande potencial de viabilizar a renda para o conjunto da produção familiar. “A atividade leiteira tem grande capilaridade geográfica, isto é, ela está presente na maioria das propriedades e em todas as comunidades da região. Por isso, a renda proporcionada pela atividade tem um forte efeito multiplicador, movimentando a economia e gerando novas empresas e negócios”, explica Mello, que elaborou recentemente uma tese de mestrado com o título “A Trajetória da Produção e Transformação do Lei-



Alimentação com base em pasto, em vez de ração, diminui os custos do produtor

Reportagem

te no Oeste Catarinense e a Busca de Vias Alternativas”. “Mas precisamos melhorar a higiene da produção e as condições logísticas da coleta. Estes dois fatores são fundamentais, mas ao mesmo tempo relativamente simples de serem resolvidos e baratos, basta vontade política”, enfatiza o técnico e lembra que na bovinocultura de leite não há necessidade de pesados investimentos em melhoramento genético para obter ganhos de produção, como é o caso da suinocultura e avicultura, ao mesmo tempo em que melhorias em relação ao pasto e manejo implicam poucos custos e podem ter um impacto maior na produtividade. “Já temos bons exemplos de produção eficiente, de baixo custo (R\$ 0,09 a R\$ 0,12 o litro) , à base de pastejo rotacionado com gramíneas e leguminosas, tirando 15 litros de leite/vaca/dia, capazes de promover um desenvolvimento mais harmônico, social, econômico e mais parcimonioso com os recursos ambientais”, pondera Mello. A Epagri oferece assistência técnica e treinamento aos produtores de leite na região Oeste. O engenheiro agrônomo Nelson Saldanha Pessoa é o responsável pela área técnica de bovinocultura de leite e coordenador do curso de gado leiteiro para pequenos produtores. “A demanda é muito maior do que a oferta e a Epagri não dispõe de recursos e pessoal suficiente para atender todos os bovinocultores”, avisa o técnico. Pessoa informa, ainda, que o curso procura dar ênfase ao uso de volumoso de qualidade, consorciação de espécies e sistema rotacionado de piquetes. “Mas uma grande ênfase é dada às condições de higiene na ordenha, pois os produtores terão que se adequar às normas do Programa Nacional de Qualidade do Leite, que está prestes a ser instituído oficialmente”, agrega.

“Não podemos perder tempo, as ameaças são grandes aos pequenos produtores”, reforça o engenheiro agrônomo Milton Luiz Silvestro, tam-

bém da equipe de socioeconomia do CPPP, que mostra um recente estudo da Epagri sobre o acentuado êxodo de jovens do meio rural, levantando o problema grave que é a chamada “questão sucessória”, ou seja, 35% dos estabelecimentos agrícolas não sabem se terão um sucessor. “Uma propriedade que não sabe se terá um sucessor certamente não realizará os investimentos necessários para fazer frente aos novos desafios que lhe serão colocados. Esta questão também tem implicações na continuidade da atividade leiteira na região”, ressalta Milton.

Produtores se organizam

“Se não fosse o leite, hoje estaria mendigando na periferia das cidades como mais um sem-terra desesperançado”, desabafa o jovem produtor Fernando Capeleto, da comunidade Linha Zanim, no município de Quilombo, no Oeste Catarinense. Ele trabalha com os pais em uma propriedade de 31ha, que conta também com aviário, fumo, milho para consumo dos animais e uma horta

familiar, e participou de curso profissionalizante em gado leiteiro ministrado pela Epagri no Centro de Treinamento de Chapecó, o Cetrec. “Na avicultura estamos empatando, o fumo dá para o gasto, mas é o leite que está nos viabilizando. A suinocultura e os grãos não compensam, se dependêssemos deles estaríamos passando sérias dificuldades”, arremata o agricultor. Estas dificuldades estão presentes em todo o Oeste Catarinense, tornando-se um grande desafio que mobiliza diversas entidades oficiais e grupos autônomos numa ação conjunta que reúne a Epagri, prefeituras locais, o Prodetab, a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – Apaco, o Programa Desenvolver e também o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar – Pronaf, todos unidos num grande objetivo que é incorporar o pequeno produtor e as pequenas agroindústrias na produção formal. O projeto anteriormente citado, coordenado pelos pesquisadores do CPPP, da Epagri, também está incluído neste grande rol de ações, sendo que alguns dos trabalhos têm



Agricultores de Irati, SC, com o apoio da prefeitura, discutem a criação da Cooperleiti

Reportagem

contado com a consultoria do professor John Wilkinson, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Clóvis Dorigon, Márcio Mello e Milton Silvestro são unânimes em afirmar que, se não forem dadas oportunidades para os pequenos produtores incorporarem tecnologias adequadas e se organizarem para viabilizar sua atividade leiteira, vão acabar atropelados no processo. Existem claras evidências de que a agricultura familiar do Oeste Catarinense, quando recebe algum tipo de apoio, é capaz de responder com eficiência e qualidade. Na produção leiteira, por exemplo, estão aparecendo formas criativas e inovadoras de organização dos produtores, com formação de grupos que utilizam em conjunto um mesmo tanque de expansão, como uma forma de melhorar a qualidade do produto, ganhar em escala e viabilizar a coleta a granel. É o caso, por exemplo, da Cooperativa dos Produtores de Leite Irati Ltda – Cooperleiti, fundada há quase um ano e que, com o apoio da Prefeitura Municipal de Irati, através do Orçamento Participativo, e com

recursos do Pronaf Infra-estrutura, conseguiu construir um posto de resfriamento do leite que recebe atualmente cerca de 15 mil litros/semana, ou 60 mil/mês, e a meta é atingir 100 mil nos próximos meses. “Foi uma vitória para todos nós”, exulta Fernando Begnini, primeiro presidente eleito da Cooperleiti, e revela que antes os produtores vendiam em separado, eram desorganizados e explorados pelas empresas que pagavam preços menores. “Agora”, diz ele, “nós conseguimos nos estruturar e nos fortalecer em grupo, inclusive até melhores preços estamos recebendo”. Atualmente são em torno de 80 famílias associadas, representado 150 sócios efetivos, mas a cooperativa também recebe leite de não-sócios, só que paga R\$ 0,01 a menos; inclusive produtores de municípios vizinhos também estão aderindo à cooperativa. A maior parte da produção, coletada três vezes por semana, é comercializada para uma cooperativa de assentados em São Miguel do Oeste que produz leite longa vida. A cooperativa também compra equipamentos, insumos e novilhas leiteiras e

repassa a preço de custo para os associados. Para Gilberto Reis, técnico da Prefeitura de Irati, as mudanças ajudaram muito os agricultores do município. “Com a organização dos produtores veio a melhoria na qualidade do leite, maior controle, menos mamite”, comenta Reis e emenda: “os agricultores passaram por treinamento e recebem também assistência técnica de uma médica veterinária contratada também pela prefeitura. Uma coisa puxa a outra. Além do leite, já estão sendo formados grupos que beneficiam o produto, como é o caso da produção de queijos e iogurte, o que agrega valor, dando mais renda às famílias rurais”.

Outro caso de sucesso de organização e criatividade aconteceu recentemente no novo e pequeno município de Santa Helena, que era distrito de Descanso, no Extremo Oeste Catarinense, bem na fronteira com a Argentina. Trata-se de uma parceria entre o poder público municipal e a iniciativa privada. Neste caso, a prefeitura entrou com as instalações para um laticínio e um empresário local viabilizou equipamentos, transporte do leite e administração do negócio. Foi firmado um contrato de risco entre o município e o empresário que garante a permanência do empreendimento no município por 30 anos, e a cada 10 anos faz-se uma renegociação do contrato. E existe um terceiro parceiro, uma firma gaúcha com conhecimento e experiência de mercado e que tem uma marca em produtos lácteos já bastante conhecida. O empresário se compromete a comprar o leite dos pequenos produtores locais e beneficiá-lo no laticínio aproveitando o know-how da empresa gaúcha em produtos lácteos com qualidade superior, num regime de franquia.

E não páram por aí os exemplos de sucesso na organização dos pequenos produtores. No município de Coronel Martins, os próprios agricultores em reuniões de comunidade apontaram



“Postos de resfriamento viabilizam a melhoria de qualidade do leite em muitos municípios do Oeste Catarinense”

Reportagem

que a prefeitura local deveria aplicar os recursos advindos do Pronaf Infra-estrutura na atividade leiteira. Dito e feito. Com a profissionalização dos agricultores nos cursos de gado leiteiro e beneficiamento de leite da Epagri, os produtores fundaram uma cooperativa e adquiriram resfriadores de imersão grupais (um para cada três agricultores) e um caminhão com tanque isotérmico para coleta a granel. Os equipamentos são públicos (prefeitura) e cedidos em comodato para a cooperativa que os repassa para os agricultores (resfriadores). No caso do caminhão, a cooperativa é que administra diretamente com um motorista contratado e um ajudante. Com a fundação da cooperativa houve uma adesão de 90 famílias, mas após somente 45 dias de funcionamento os associados cresceram para 191, o que representa mais de 90% dos produtores de leite do município, e há ainda um potencial de mais 150 famílias que poderiam passar a produzir leite. Com a criação da cooperativa surgiu a possibilidade de realizar um contrato com empresas para coleta do leite. Após a elaboração de carta-convite, a coope-

rativa fixou acordo com uma firma do Oeste que apresentou a melhor proposta. Estes exemplos todos e muitos outros que estão se desenvolvendo são iniciativas de baixo custo, movidas pela vontade e entusiasmo empreendedor dos agricultores do Oeste Catarinense e com ajuda dos poderes públicos municipal, estadual e federal.

Ameaças no ar

Para os pesquisadores da área de socioeconomia do CPPP, estes exemplos indicam caminhos a seguir. “Não há dúvida que ameaças pairam no ar. Com o advento do leite longa vida, as grandes empresas vieram pegar o leite mais barato aqui no Sul do país, quebrando a hegemonia dos produtores do centro do Brasil, principalmente no eixo São Paulo – Minas, onde agora estão formando um grande lobby e tentando influenciar o Programa Nacional de Qualidade do Leite criando barreiras à entrada e permanência na atividade leiteira para milhares de pequenos produtores, não só no Sul do país, mas também em outras regiões

do Brasil”, alerta o pesquisador Márcio Antônio de Mello. Ele esclarece que hoje em dia os baixos custos de produção no Sul, em torno de R\$ 0,10, competem com os custos dos tradicionais produtores mais tecnificados do eixo São Paulo – Minas, que atingem cerca de R\$ 0,25 a R\$ 0,30/litro de leite produzido. “Não se discute que há muito o que fazer na atividade leiteira do Oeste Catarinense, sobretudo no que diz respeito às condições de higiene na produção e sanidade do rebanho, bem como às questões relacionadas à coleta do leite. O que deve ser feito, considerando o desenvolvimento sustentável da região, não é simplesmente alijar do mercado os produtores que ainda não estão adaptados às novas exigências do PNQL, e sim implantar um programa, que contemple crédito, assistência técnica e pesquisa direcionados aos pequenos produtores familiares e engajá-los de maneira competitiva no mercado. Isto é, dando condições e tempo suficiente para que eles possam se adequar às normas do Programa Nacional da Qualidade do Leite e se inserir dinamicamente no mercado”, aponta Márcio de Mello. “A estratégia agora é aglutinar forças com todas as instituições públicas e privadas na região (Epagri, prefeituras, agroindústrias, Ongs, associações comerciais e industriais, conselhos municipais de desenvolvimento, etc.) para realmente viabilizar a atividade leiteira e assim evitar o que já aconteceu com a suinocultura”, propõe o pesquisador Clóvis Dorigon. Neste sentido, está sendo programado um grande seminário em Chapecó, SC, no dia 25 de maio de 2000, onde serão discutidas estratégias e ações a serem desencadeadas em nível municipal para o fortalecimento deste importante segmento econômico e social que é a bovinocultura leiteira.



Típica propriedade leiteira do Oeste Catarinense

Programa sobre campo nativo traz melhoria de renda e produtividade

Reportagem de Paulo Sergio Tagliari

Não são muitos os pecuaristas no Brasil que se arriscam a investir em pastagens. O alto custo dos insumos e os baixos preços recebidos historicamente pela carne e pelo leite desestimulam os produtores a aprimorar as suas atividades. Aliado a isso, a produção sazonal dos pastos nativos piora ainda mais a situação. Mas essa realidade tende a modificar, pelo menos é o que demonstram recentes resultados obtidos através de novas técnicas de manejo e melhoramento de campos naturais preconizadas pela Epagri no Planalto Catarinense.



Pecuaristas do Planalto Serrano Catarinense começam a investir no melhoramento do campo nativo

Segundo estudos realizados pela Epagri/Gerência Regional de Lages, o preço real (descontados os efeitos da inflação), recebido por litro de leite comercializado pelos produtores em Santa Catarina, vem caindo ao longo de mais de uma década. Por exemplo, o produtor catarinense, em 1988, recebia acima de 45 centavos de real pelo litro de leite, e atualmente este valor, em média, não passa da metade. De forma semelhante, os preços que os pecuaristas têm recebido pelo quilo do boi gordo também têm declinado ao longo dos anos. Em média, estes se mantiveram ao redor de 65 centavos de dólar/kg de peso vivo, na última década, com poucas esperanças de melhoria futura. Essa tendência de queda dos preços reais, se não for

acompanhada de ganhos de produtividade e redução nos custos de produção, traz conseqüências negativas, tais como redução da renda do produtor, êxodo rural e desemprego. Diante disso, para obter melhor renda em sua atividade, resta ao produtor melhorar sua eficiência técnica, gerencial e buscar novas tecnologias produtivas.

Pesquisas desenvolvidas nos últimos anos por instituições como a Epagri, as Universidades Federais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e a Universidade do Estado de Santa Catarina têm demonstrado que novas técnicas de melhoria do campo nativo apresentam resultados promissores em propriedades pecuárias no Sul do Brasil, chegando a

duplicar a produtividade das pastagens. Para disseminar estes resultados a um maior número de estabelecimentos, foi lançado recentemente o Programa Campos Naturais do Planalto Serrano Catarinense, que prevê aumentar a produção de forragem das atuais 3 mil a 5 mil quilogramas de matéria seca/ha/ano para 5 mil a 8 mil e espera também reduzir a idade de abate de 42 para 30 meses, em média, e com isso reduzir a importação de carne pelo Estado.

Eficiência duplicada

Para o engenheiro agrônomo Nelson Eduardo Prestes, pesquisador da Estação Experimental de Lages e um

Reportagem

dos responsáveis técnicos pelo programa, o manejo tradicional das pastagens na região praticamente não mudou desde a época da colonização, e é um dos principais entraves para o desenvolvimento da pecuária no Planalto Catarinense. “A carência alimentar durante os meses de outono-inverno (abril a agosto), consequência das condições climáticas regionais, constitui-se em um período de vazio forrageiro”, diz o técnico e agrega: “além disso, nossos solos são muito pedregosos e de topografia acidentada – 70% da região. Some-se a isso a baixa fertilidade natural e a acidez alta; tudo isso coopera para o baixo desfrute e ganho de peso do gado”. Para os produtores com mais recursos a alternativa é a implantação de forrageiras anuais de estação fria, como o azevém e as aveias, “só que essa técnica mobiliza muito o solo, utiliza arado e grade anualmente para preparar a terra para o cultivo das pastagens. Isto dá um ganho de produção, mas a altos custos e degradação do solo”, analisa Nelson Prestes.

Na verdade, o manejo tradicional do campo nativo favorece os baixos índices da pecuária. Por exemplo, o sistema chamado de “lotação fixa” tem por base a capacidade de suporte durante o inverno, e, em decorrência, há subpastejo nos meses de primavera e verão. Assim, sobra forragem na época mais favorável de crescimento e com qualidade razoável que não é aproveitada. Já o sistema “pastejo contínuo em grandes invernações” é o sistema tradicional desde a época da colonização. Além de comportar uma lotação muito baixa, compromete a permanência de boas forrageiras, favorecendo o aparecimento de plantas de menor valor nutricional, por causa do pastejo seletivo. E, por último, existe o sistema “aproveitamento diferenciado ao longo do ano”, que consiste no seguinte: durante a estação quente os animais preferem as partes mais altas das invernações. No entanto, em período de escassez de alimentos (inverno ou seca), obrigam-se a procurar as matas, vales e encostas próximas dos rios, onde existe uma reserva forrageira, principalmente arbustiva e arbórea. Isto irá provocar

sobre e subpastejo na mesma invernação, forçando o aparecimento de plantas indesejáveis e sobra excessiva de forragem, que não sendo consumida pelos bovídeos posteriormente será queimada, outra prática não recomendável e ainda comum em nosso meio. Mas o engenheiro agrônomo Nelson Prestes revela que estas práticas tradicionais já possuem alternativas bem melhores. A tecnologia que está sendo empregada no programa apresenta as seguintes técnicas: introdução de espécies de alto valor forrageiro (ex.: trevo branco, trevo vermelho, cornichão, azevém, aveia) por sobressemeadura na pastagem natural, pastejo rotativo, diferimento, subdivisão de invernações, correção da acidez, fertilização superficial e controle de plantas indesejáveis. Estas técnicas, aliadas ao manejo sanitário preventivo, à mineralização, ao manejo do rebanho, à seleção de reprodutores e aos métodos adequados de cruzamento, podem, segundo o técnico da Epagri, pelo menos dobrar a eficiência de utilização dos campos naturais. Para se ter uma idéia do alcance do programa, nos últimos dois anos, mais de 2.500 pessoas já participaram de eventos sobre o tema em Santa Catarina, envolvendo produtores, técnicos, estudantes, professores e lideranças rurais.

Produtores aprovam

O produtor rural e pecuarista Wilson Kauling é um dos pioneiros do Programa de Campos Naturais, tendo iniciado as primeiras experiências já em 1996 com outros poucos proprietários da comunidade de Cambará, no município de Bom Retiro onde mora. Hoje já formaram até uma entidade, a Associação dos Produtores de Cambará e Barra do João Paulo, com 75 associados. A associação propicia a compra de equipamentos e insumos em grupo, como sementes, adubos, renovadora de pastagens, roçadeira, calcareadeira, etc., o que diminui o preço dos materiais, e os sócios utilizam as máquinas em sistema de rodízio. “Este campo de 2,4ha que eu utilizo no

sistema de melhoramento do campo nativo era antes pura samambaia e caraguatá, mal dava para alimentar o gado”, mostra Wilson e emenda: “hoje eu vendo novilho de doze meses com 350kg, enquanto outros produtores, que manejam tradicionalmente o campo natural, levam até quatro anos para comercializar os animais”. Ele lembra também que o custo de implantação através de cultivo reduzido é de 400 reais/ha, ao passo que no sistema convencional de implantação de pastagens anuais de inverno não sai por menos de 800 reais. Valberto Henkemaier, médico veterinário e assessor da Secretaria da Agricultura do município de Bocaina do Sul, também foi um dos pioneiros junto com seu pai Bertolino, e se recorda que a demonstração das novas técnicas no ano de 1996 ocorreu na parte da manhã na propriedade do Sr. João Gustavo, sogro do Wilson, e à tarde no estabelecimento de seu pai, que fica na localidade da Barra do João Paulo. “Compareceram cerca de 80 produtores”, lembra Valberto, que iniciou com 1,5 hectare, “e só não ampliei ainda porque estávamos em



Na propriedade de Mário de Liz, em Painel, SC, os bovinos ganham peso mais rapidamente com o pasto nativo melhorado

Reportagem

processo de partilha das terras de nosso pai, mas penso que o projeto de melhoramento do campo nativo é uma boa alternativa. Só vejo um pequeno problema que é o custo. Deveria haver um sistema de crédito que favorecesse o pequeno e o médio produtores para dar o pontapé inicial neste novo empreendimento”, sugere. Entretanto, o engenheiro agrônomo Osvaldo Vieira dos Santos, da Epagri/Gerência Regional de Lages, especialista em Administração Rural, ressalta que “o problema não está no custo em si; é, sim, decorrente da descapitalização do produtor, e caso não haja forma de financiamento externo deverá buscar autofinanciamento, ou seja, substituir uma cabeça de bovino adulto para implantar 1ha de campo nativo melhorado”.

Já Benjamin Kuse de Farias, proprietário da Fazenda Ferradura, não precisou de muito incentivo para adotar o novo sistema de cultivo de pastagens. Tradicional pecuarista de Lages, com uma área total da propriedade em 800ha, logo observou que a introdução de espécies exóticas como os trevos e o cornichão ajudaram a melhorar o pasto nativo. Ao todo, Benjamin Farias está cultivando 13ha no novo sistema, sendo 8ha na coxilha e 5ha ao lado da sede, em uma várzea, tendo gastado em média 355 reais/ha. Exemplificando, ele diz que nos 5ha, divididos em 5 piquetes, consegue engordar 40 cabeças. Isto dá uma média de 8 animais/ha, o que é bem



Benjamin de Farias: “O pasto é tão rico que pode dar timpanismo nos animais”

mais que um pasto no manejo tradicional consegue suportar. “Para introduzir o animal nesta pastagem melhorada, tem que ter cuidado, senão dá timpanismo”, alerta o criador referindo-se à formação excessiva de gases pelo animal cuja flora intestinal não está acostumada com tanta pastagem leguminosa, como é o caso dos trevos e do cornichão. Ele também revelou que o ganho de peso dos bovinos no período de 26 dias pastejando no sistema novo confirmou as expectativas, dando um ganho médio diário de 1,370kg/animal. “Nesta área de campo nativo melhorado os animais ficam 2 horas pela manhã e 2 horas pela tarde; não precisa mais que isto; com uma pastagem de alta qualidade ele se

sacia logo”, comenta o pecuarista. Quem também está satisfeito com o manejo do campo natural é o produtor de leite José de Assis Andrade Branco, que também tem sua propriedade no município de Lages. Com 170ha de área total, cerca de 70ha são ocupados pela bovinocultura de leite e 18ha ele ocupa com a pastagem melhorada. “Em Lages eu fui pioneiro, comecei com 3ha”, conta o produtor e contabiliza: “nos meus primeiros hectares o custo de implantação chegou a mais de 700 reais (valores atualizados para fevereiro do corrente ano), mas à medida que fui ampliando a área eu economizei em semente, pois os animais ao pastejarem nas áreas iniciais levavam as sementes para as áreas novas ao defecarem, e assim implantavam gratuitamente o novo pasto. Além disso, economizei também em fertilizantes e mecanização”. Para que se tenha uma idéia, de acordo com dados levantados pelo engenheiro agrônomo Osvaldo Vieira dos Santos, na última área que o produtor implantou o custo baixou para 203 reais. “Estou fazendo o acompanhamento de vários produtores, e o que tenho observado é que, à medida que o pecuarista vai se familiarizando com a nova tecnologia, os custos de implantação e manejo das pastagens vão sendo reduzidos”, afirma o técnico. Estes valores são importantes, pois é bom lembrar que o sistema de produção leiteira preconizado nos



Bovinos ressemeiam o campo nativo, reduzindo os custos de implantação da pastagem (propriedade de José de Assis Andrade Branco - Lages, SC)

Estados Unidos e Europa é direcionado para o consumo de ração, que, como se sabe, eleva os custos da produção. “No sistema novo preconizado pela Epagri, a pastagem nativa melhorada passa a ser o principal alimento do animal, reduzindo de forma significativa a quantidade de ração, permitindo produzir leite de qualidade, porém, com custos menores”, confirma Osvaldo Vieira dos Santos. Lembrando também que “em países como Uruguai, Argentina e Nova Zelândia o sistema de produção leiteira é baseado na utilização de pastagens de alta qualidade, tendo assim custos de produção mais baixos; desta forma, conseguem competir com o nosso mercado interno de leite e derivados”.

Preocupação ambiental e social

No município de Paineira, vizinho a Lages, dois irmãos, José Salvador de Liz e Mário Francisco de Liz, são pioneiros locais, possuem as suas propriedades em comunidades diferentes e ambos são assistidos tecnicamente pelo engenheiro agrônomo Paulo Moacir Lunardi Baggio, extensionista local da Epagri. José, dono da Fazenda Araucária, implantou 10ha de melhoramento de campo nativo, e não reclama da extrema pedregosidade de suas terras. “Quem chega aqui se surpreende com tanta rocha no solo, aqui o arado não tem vez”, conta o fazendeiro que poupou no manejo da sementeira por não precisar de muita mecanização,

pois o trabalho foi manual. Ele revela que consegue desmamar os terneiros quando atingem 100kg de peso vivo, independentemente da idade, o que permite à vaca se recuperar e entrar no inverno ganhando peso, ao contrário do sistema tradicional, que desmama somente ao primeiro ano e a vaca entra no inverno magra. Para Mário de Liz, que pretende ampliar os seus atuais 2ha para 12ha num breve período, este novo sistema de manejo da pastagem “veio para ficar. Até para se lidar com o gado ficou mais fácil. Me arrependi de não ter semeado área maior”, confessa e conta ainda que num teste com silagem e o pasto nativo melhorado, durante quatro meses, o ganho de peso médio dos animais atingiu de 10 a 12kg com a silagem e 28 a 30kg com a pastagem nativa melhorada.

E no município de Urupema, o prefeito local Aureo Ramos de Souza, que também é produtor, está proporcionando todo o apoio possível ao programa, inclusive com um projeto próprio denominado de Projeto de Melhoramento de Campo Nativo. Segundo o engenheiro agrônomo Ulisses de Arruda Córdova, extensionista local da Epagri e também secretário municipal de Agricultura, e a médica veterinária Beatriz Vieira Paes, em 1997, início do projeto, foram implantadas sete unidades demonstrativas de melhoramento do campo nativo, todas apresentando resultados promissores. Na época, esses produtores iniciaram em suas propriedades totalizando 11,5ha, “e em 2000 serão aproximadamente 77

produtores envolvidos em 375,1ha”, informa Ulisses. O técnico registra que em dezenas de propriedades sul-brasileiras a capacidade de suporte das pastagens pelo menos duplicou. E é o que está acontecendo no estabelecimento de José Andrade de Arruda, da comunidade do Cedro, em Urupema. Ele iniciou no ano passado com 10ha, divididos em quatro piquetes de 2,5ha. José Andrade compra gado com seis a oito meses e revende dez meses após. “No novo pasto eu notei que o gado teve ganho de peso constante de 1kg/cabeça, mesmo no inverno”, assegura o produtor. E na propriedade de Aureo Ramos de Souza, que fica perto da cidade, a sua produção de leite teve redução de custos. “Até há pouco tempo o leite que tirávamos, com base em muita ração, mal dava para cobrir os custos. Agora produzimos ainda os mesmos 80 litros diários, mas no fim do mês sobra líquido 500 reais, conta satisfeito o prefeito.

Talvez o município de Urupema resuma a filosofia de todo o Programa dos Campos Naturais, que busca aliar aspectos econômico-sociais com a preocupação da preservação do meio ambiente. Ulisses lembra que os campos naturais de Urupema, Lages, Paineira, Bom Retiro, São Joaquim, Urubici, etc. e outros municípios do sul do Brasil, apesar da baixa produtividade, sempre suportaram uma pecuária que dispensou o uso de sementes, fertilizantes e economizou mão-de-obra, combustível, máquinas e instalações. “O que se quer agora é preservar este patrimônio natural riquíssimo, buscando aprimorá-lo com novas tecnologias, de baixo ou quase nenhum impacto ambiental, e, por conseguinte, produzir uma carne e um leite de alto valor biológico, sem utilização ou com pouquíssimo uso de agroquímicos. Este produto de alto sabor e qualidade certamente possui um nicho de mercado cada vez mais valorizado pelo consumidor”, pondera o técnico e conclui: “outro fator importante do programa é o sociocultural, pois a intensificação da atividade agropecuária contribuirá para viabilizar centenas, ou até milhares, de propriedades e aumentar a demanda de mão-de-obra no meio rural, além de fortalecer uma atividade que está enraizada na própria formação do povo serrano”.



Preservação do meio ambiente é preocupação dos técnicos e produtores (propriedade de José de Andrade de Arruda - Urupema, SC)